



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>
<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>
<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

ISSN 2176-9036

PERFIL E CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN

PROFILE AND FIELD PERFORMANCE OF PROFESSIONAL OF THE GRADUATING OF CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN

Autoras:

Thaiseany de Freitas Rêgo

Professora Mestre – Universidade Federal de Campina Grande

E-mail: thaiseany@yahoo.com.br

Erika dos Reis Gusmão Andrade

Professora Doutora – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: ergandrade@ufrnet.br

Resumo

O Ministério da Educação (MEC) tem se mostrado preocupado com a qualidade do ensino oferecido aos egressos dos cursos de graduação das universidades públicas e privadas do Brasil, e o mesmo tem proposto que haja condições de igualdade entre os conteúdos ministrados. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como uma dessas Instituições de Ensino Superior (IES), tem se preocupado em seguir as resoluções emitidas pelo órgão, de modo a adequar o processo de ensino-aprendizagem as necessidades da sociedade e ao campo de atuação profissional. Diante disso, o objetivo do estudo consisti em evidenciar qual o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, em relação ao campo de atuação profissional, que obtiveram o título de Bacharel em Ciências Contábeis entre os anos de 2003 e 2007. Para tanto, o presente estudo configura-se como uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva e bibliográfica, utilizando a aplicação de um questionário de caracterização aplicado via correio eletrônico. Com a aplicação desse instrumento, constatou-se que 57,42% dos egressos do curso são do gênero masculino, bem como que 50,58% dos respondentes possuem de 21 a 28 anos de idade, que 50% dos egressos escolheram o curso devido às perspectivas de empregabilidade oferecida pela área, que 58,14% afirmaram que dentre as maiores dificuldades vivenciadas no exercício da profissão se deu em relação à baixa remuneração e a falta de valorização profissional.

Palavras-chave: Formação em contabilidade. Projeto pedagógico de curso. Campo de atuação.

Abstract

The Ministry of Education (MEC) has been concerned about the quality of education offered to graduates of the graduate program of public and private universities in Brazil, proposing conditions of equality between the contents taught. The Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), such as a Higher Education Institutions (IES), has been keen to follow the resolutions issued by the organ, so as to adjust the teaching and learning needs of society and the professional field. Therefore, the objective of the study was to show that the profile of the graduating undergraduate in Accounting of UFRN in relation to the professional field, who obtained a bachelor's degree in Accounting from the years 2003 and 2007. Thus, the present study appears as a kind of exploratory research, descriptive and bibliographic using the application of a questionnaire of applied via electronic mail. With the implementation of those instruments, it was found that 57.42% of the graduating are male and 50.58% of respondents who are 21-28 years old, that 50% of graduates chose the course because employment prospects offered by the area that 58.14% said that among the greatest difficulties experienced in the profession was in relation to low pay and lack of professional development.

Keywords: Training in accounting. Pedagogical project of course. Field.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC), com o intuito de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos discentes dos cursos de graduação das universidades públicas e privadas do Brasil e proporcionar condições de igualdade entre os conhecimentos transmitidos aos discentes, elabora instrumentos que visam melhorar a formação acadêmica, proporcionando uma maior aproximação entre os conteúdos ministrados nas universidades e o campo de atuação profissional.

O campo de atuação da área contábil vem exigindo, segundo Nunes, Pfitscher e Alberton (2006), que os egressos da área obtenham uma formação baseada em conhecimentos amplos, que lhes permita trabalhar de forma a propiciar oportunidades de enfrentar as dificuldades do dia-a-dia, bem como atender as expectativas das organizações.

Dessa forma, conforme trata Lousada e Martins (2005), o conhecimento da trajetória profissional dos egressos dos cursos de graduação representa um fator interessante para que os gestores das Instituições de Ensino Superior (IES) possam inferir, quanto às contribuições e deficiências que seus cursos e respectivos currículos quanto à formação dos discentes, e com isso proporcionar ajustes ao processo de ensino, bem como servindo de base para a análise dos aspectos qualitativos e acadêmicos dos cursos.

Por sua vez, de acordo com Watson *et al.* (2007) a realização de estudos sobre os egressos não se configura apenas como uma discussão nacional, haja vista que algumas pesquisas que abordam questões relacionadas à satisfação dos egressos já foram realizadas a nível internacional, tais como os estudos desenvolvidos por Broome e Morris (2005)¹ e Nouri, Parker e Sumanta (2005)², que tratam sobre a relação percebida entre a atividade prática e o

¹ BROOME, O.W.; MORRIS, M.H. Multi-entity partnering in accounting education: Narrowing the gap between the professional and academia, *Advances in Accounting Educatio*, n 7, 2005, p. 81–107.

² NOURI, H.; PARKER, R.J.; SUMANTA, S. Students' perceptions of work in public accounting and employment preferences. *Accounting Education* 14, 2005, p. 293–311.

processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, com o intuito de contribuir com os estudos na área de ensino da contabilidade, este trabalho busca traçar o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, observando a relação que se estabelece entre a formação recebida e as atividades desenvolvidas em seu campo de atuação, tendo como objeto de estudo os 472 egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, que obtiveram o título de bacharel entre os anos de 2003 e 2007.

Para tanto, conforme trata Beuren *et al.* (2008) a metodologia adotada é exploratório-descritiva, uma vez que busca aprofundar os conhecimentos junto aos materiais já existentes sobre o assunto e descrever as características da população foco do estudo, e a realização da pesquisa contou com a elaboração de um instrumento de coleta encaminhado entre os dias 10 de julho e 10 de setembro de 2008, mediante correio eletrônico, e cujo retorno foi de 172 deles (36,44%).

2 FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2008), instituição vinculada ao MEC e responsável pela realização de estudos, pesquisas e avaliações relativas ao Sistema Educacional Brasileiro (da educação infantil ao ensino superior), o número de IES no Brasil aumentou 2,54 vezes em quinze anos, saindo de um total de 893 no ano de 1991, para 2.270 no ano de 2006. Desse total, observou-se que o número de IES públicas (municipal, estadual e federal) teve um aumento de 11,71% nesse período, enquanto que o número de IES privadas (particular, comunitária e filantrópica), saltou de 671 IES em 1991, para 2.022 no ano de 2006, o que representa um aumento de 201,34% no número de entidades privadas.

Contudo, conforme trata Sguissardi (2000), o número de IES públicas e vagas permaneceu praticamente inalterados entre os anos de 1980 e 1998, diferentemente do setor privado que saiu de um total de 773 para 842 entidades, e cuja maior concentração se deu na região sudeste, que detém cerca de $\frac{2}{3}$ do total de IES.

Para Moreira (2003), a expansão no número de IES privadas vem acontecendo desde os anos 70, quando 80,4% das entidades encontravam-se relacionadas à iniciativa privada e cujo aumento se deu em decorrência do crescimento no número de cursos de graduação oferecidos por essas instituições na área das Ciências Sociais, uma vez que esse campo formativo abarca cursos que necessitam de pouco investimento e que possuem uma boa demanda de procura.

Diante disso, e do total de 2.270 IES registradas pelo senso do INEP no ano de 2006, percebe-se que 89,07% das IES são mantidas por entidades da iniciativa privada (particular ou filantrópica) e 51,7% encontram-se localizadas nas capitais nordestinas, e um fator que justifica o aumento desse número está relacionado à necessidade crescente de se atender aos anseios da sociedade quanto à inserção na educação superior, uma vez que a mesma tem procurado por profissionais preparados para a resolução de situações-problema.

As 2.270 IES distribuídas pelo país oferecem mais de 22.000 cursos, e o INEP (2008) os classifica em oito grandes grupos, a saber: Educação; Humanidades e Artes; Ciências Sociais, Negócios e Direito; Ciências, Matemática e Computação; Engenharia, Produção e Construção; Agricultura e Veterinária; Saúde e Bem-estar Social; e Serviços. Observa-se ainda, que nesse mesmo período, as IES de caráter privado chegaram a colocar no campo de atuação, mais de 75% do total de egressos das IES distribuídas pelo Brasil, e que 40,64% deles se graduaram na área das Ciências Sociais, Negócios e Direito.

Corroborando com esse entendimento, Sguissardi (2000) afirma que, desde o ano de 1997, percebe-se um aumento no número de egressos dos cursos de graduação em Direito, Pedagogia, Ciências Contábeis, Engenharia, Medicina e Comunicação Social, oferecidos pelas IES (pública e privada), que se concentram nas áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências da Saúde, fator esse que vem sendo incentivado desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), e que centra na possibilidade de aumento no número de vagas desses cursos com o propósito de maximizar a utilização dos recursos de infra-estrutura e pessoal já disponíveis nas IES.

O curso de graduação em Ciências Contábeis encontra-se, de acordo com o INEP (2008), classificado na área das Ciências Sociais, Negócios e Direito, subárea de Contabilidade e Tributação e que no ano de 2006 formou no Brasil, um total de 28.931 discentes.

Diante disso, Peleias (2006) afirma que juntamente com as alterações sofridas na legislação do ensino superior no ano de 1960, percebe-se que há uma maior preocupação com a formação dos discentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, principalmente quanto ao atendimento das expectativas das entidades em absorver profissionais preparados, que detenham o conhecimento técnico-científico.

Fazendo uma retrospectiva histórica, Mulatinho (2007), afirma que no ano de 1945, o ensino superior, na área contábil, foi estabelecido e distribuído em quatro séries, com disciplinas relacionadas à análise matemática, estatística geral e aplicada, matemática financeira, organização industrial e agrícola, instituições de direito civil e comercial, matemática atuarial, legislação tributária e fiscal, organização e contabilidade de seguros, dentre outras.

Laffin (2005) complementa que no ano de 1992, por meio da Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº. 3, criou-se o currículo mínimo necessário para a formação do contador, que propunha uma carga-horária de 2.700 horas/aula. Na época o curso deveria ter duração de pelo menos quatro anos para os discentes que ingressassem a partir do ano de 1994, bem como a contemplação de atividades obrigatórias e eletivas, que permitissem a abrangência de conhecimentos de formação geral, profissional e complementar, de forma a relacionar a teoria transmitida pelos livros às práticas necessárias a atuação profissional.

Contudo, conforme trata Mulatinho (2006), no ano de 1996, com a aprovação da Lei nº. 9.394 e a inserção da LDB, as IES passaram a ter mais autonomia quanto à elaboração de seus currículos, passando a compreender a formação de nível superior como um processo permanente, fundamental para o desenvolvimento de habilidades e competências, que permitam a adaptação de seus discentes a novas situações.

Sob esse aspecto, Trajano (1998) afirma que a referida lei foi estabelecida com a finalidade de proporcionar aos discentes uma perspectiva formativa voltada ao mercado de trabalho, que incentiva a promoção da educação continuada e a difusão dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos pela classe contábil.

Todavia, no ano de 1997 o MEC convidou as IES a proporem diretrizes curriculares voltadas às necessidades formativas dos discentes da área contábil, que deveriam apresentar qual o perfil desejado, bem como as habilidades e competências, duração do curso, conteúdos curriculares, estrutura modular, estágios e atividades complementares que deveriam estar relacionados com o processo de avaliação institucional realizado pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Com o propósito de atender de forma satisfatória a essas exigências, Trajano (1998) relata que, em 13 de outubro de 1998, foi realizada uma Jornada de Contabilidade na cidade de Brasília, que se propunha a tratar sobre as novas perspectivas curriculares solicitadas pelo MEC e que contou com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Em meio a essa reunião, o resultado foi à definição do perfil a ser alcançado pelos egressos

dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, os quais deveriam caracterizar-se como profissionais críticos, com percepções éticas, capacitados para planejar e liderar atividades de gerenciamento.

No ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução CNE/CES nº. 10 apresenta as diretrizes a serem observadas pelas IES quando da implantação e organização dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, contemplando com isso conteúdos relacionados ao cenário econômico e financeiro, tanto a nível nacional quanto internacional.

De acordo com Peleias (2006), a inserção dessa nova resolução trouxe uma maior mobilidade no que diz respeito à construção do conhecimento, de modo a permitir que a própria instituição pudesse ajustar seus currículos ao enfoque de atuação regional exigido a formação dos egressos, bem como trazendo condições que pudessem tornar os conteúdos mais flexíveis, oportunizando despertar os mais diversos tipos de vocações e formar profissionais preparados para a atuação.

3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN

A profissão contábil está voltada à área das Ciências Sociais Aplicadas, encontrando-se pautada por princípios, leis e normas advindas de suas relações com as pessoas e instituições públicas e privadas, cujo objeto de estudo centra-se no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. O ensino da contabilidade no Estado do Rio Grande do Norte originou-se, segundo Mulatinho (2007), com a Escola de Comércio de Natal, criada pelo Professor Ulisses de Góis (1918) e que posteriormente passou a denominar-se de Escola Técnica de Comércio, por meio de Decreto-lei nº. 6.141/1943, oferecendo o ensino técnico da prática contábil.

De acordo com Gomes (1996), só no ano de 1962, com a promulgação do Decreto-lei nº. 813, o curso de contabilidade de nível superior foi autorizado a funcionar no Estado do RN, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal, e que posteriormente foi anexada à UFRN por meio de um convênio firmado em 27 de setembro de 1965.

Com o advento da Lei nº. 5.702 de 14 de setembro de 1971, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Natal federalizou-se e os diplomas dos alunos dos cursos de graduação foram registrados, sendo a mesma reconhecida por meio do Decreto nº. 80.352, de 19 de setembro de 1977, quando passou a ser denominada de Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC – 2007), nos anos 70 o curso de graduação em Ciências Contábeis foi transferido para o Campus Universitário da UFRN e por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº. 127, de 21 de outubro de 1980, o mesmo foi desmembrado do Curso de Administração, a partir do qual se constituiu o atual Departamento de Ciências Contábeis da UFRN, que proporciona aos seus egressos o título de Bacharel em Ciências Contábeis, visando formar profissionais com capacidade crítico-analítico.

Para tanto, os profissionais que são formados pela área contábil podem atuar nas empresas como contador geral, *controller*, auditor interno, planejador tributário, analista contábil-financeiro ou atuário; ser autônomo e trabalhar como auditor independente, consultor, perito ou empresário; atuar na área de ensino e trabalhar como professor, pesquisador ou conferencista; ou até mesmo, na esfera pública, por meio de cargo concursado.

O curso em questão configura-se como o único do Estado do RN, que no ano de 2006 obteve o conceito 5 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), exame

esse que visa avaliar o desempenho dos estudantes (ingressos e egressos) dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes, bem como suas habilidades e competências para compreender e acompanhar as perspectivas do campo de atuação.

As IES em face do acelerado desenvolvimento das necessidades da sociedade e com o propósito de solucionar seus problemas, têm unido esforços no sentido de colocar profissionais qualificados para ingressarem junto ao campo de atuação, propondo aos responsáveis por cada curso que se atualizem e/ou adaptem seus currículos.

Com a re-estruturação no ano de 2006 do PPC do curso de Ciências Contábeis da UFRN, observou-se o redimensionamento do seu currículo e de acordo com o PPC (2007), o projeto anterior configurava-se como um instrumento frágil quanto à consolidação das disciplinas, que acabava por impossibilitar uma melhor articulação entre os conteúdos ministrados, além da ausência de práticas contábeis e estágios supervisionados, que demonstrava pouca ênfase dada à área pública e a rigidez da grade curricular com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas quais os alunos poderiam vir a participar.

A estrutura curricular do curso foi então organizada de modo que os conhecimentos dos discentes pudessem partir de conhecimentos amplos, até chegar às especificidades da área contábil (ambiental, seguros, dentre outras), sem perder conteúdos importantes para a continuidade dos estudos e possibilitando, com isso, o desenvolvimento de todas as habilidades e competências necessárias à formação dos discentes e sua atuação no campo profissional, de modo a melhorar a qualidade do ensino.

O currículo do curso de contábeis da UFRN, elaborado sob as perspectivas da LBD nº. 9.394/1996, e sob o qual se observa o presente estudo, teve o objetivo de preparar seus discentes para exercerem atividades profissionais tanto na área pública como na privada (indústria, comércio, serviços), de modo a organizar e executar todos os tipos de serviços de natureza contábil, como: escriturar, elaborar as demonstrações. Nesse contexto, o perfil formativo desejado aos egressos volta-se a formação de profissionais plenamente capacitados e passíveis as inovações tecnológicas, que estejam preparados para a compreensão dos aspectos científicos, técnicos, sociais, econômicos e financeiros da instituição.

Todo esse processo de mudanças acaba por estimular a adoção de disciplinas que possam atender as necessidades dos alunos quanto à formação prática e o conhecimento de assuntos ainda pouco explorados (contabilidade internacional, contabilidade ambiental, atuária), tudo isso por meio da inserção de disciplinas que possibilitassem a aproximação dos estudantes com as atividades práticas vivenciadas no exercício profissional.

Diante disso, Iudícibus (2004) afirma que do ponto de vista financeiro, as perspectivas relacionadas ao campo de atuação está começando a ser percebida pelos gestores como um instrumento que pode os auxiliar no processo de tomada de decisão, e que o número de profissionais com habilidades e competências voltadas a gestão financeira, de modo a permitir atuar como diretores financeiros, controladores, peritos, chefes de departamento de custos e auditores.

O campo de atuação dos contadores está, por sua vez, trazendo boas perspectivas profissionais, proporcionando-lhes trabalhos na área de ensino, bem como oportunidades de atuar no setor de comércio, serviços e indústria. Nesse contexto, com a globalização da economia, o mundo dos negócios está sendo afetado e os gestores das entidades públicas e privadas estão cada vez mais interessados em obter informações mais corretas, precisas e oportunas de forma a proporcionarem tomadas de decisões acertadas. Entretanto, conforme afirmam Carvalho, Silva e Holanda (2006), a inserção de novos profissionais no campo de atuação, tem acarretado em algumas dificuldades em relação ao exercício da profissão.

Mulatinho (2007) afirma que a preparação dos egressos para o processo de atuação não se restringe apenas à reprodução de métodos e técnicas, mas a formar o saber-reflexivo

dos egressos e contadores em potencial, de modo a propiciar aos mesmos, condições ao desenvolvimento das habilidades e competências requeridas quando do exercício da profissão.

O que se espera com isso, é que os egressos atuem como agentes flexíveis, capazes de se adaptarem e re-adaptarem as mudanças exigidas pelo campo de atuação, de forma a agirem em consonância com os anseios da sociedade e as inovações tecnológicas, bem como que tenham consciência de que os conhecimentos adquiridos são passíveis a mudanças e que os mesmos necessitam participar de cursos que possibilitem a Educação Continuada.

4 APRESENTANDO OS ACHADOS DA PESQUISA

Com base nos dados cadastrais fornecidos pela Coordenação de Ciências Contábeis (CORCON) da UFRN, verificou-se que predomina a população masculina no curso, o que corresponde a 57,42% dos egressos, percebe-se que o curso concedeu o título de Bacharel em Ciências Contábeis a 271 indivíduos do gênero masculino e 201 do gênero feminino. Contrapondo essas referências, Faria et. al (2004) demonstra que tem havido uma mudança na conjuntura da classe contábil, no que diz respeito ao gênero predominante e que, de acordo com os dados coletados, 53,45% dos discentes do curso são do gênero feminino.

Dentre os 472 egressos, obteve-se 172 questionários respondidos, o que acabou por revelar que 45,93% dos egressos que se formaram entre 2003 e 2007 possuem de 25 e 28 anos de idade e que 7,56% têm mais de 37 anos, ou seja, a universidade está começando a preparar indivíduos cada vez mais jovens para o ingresso no campo de atuação, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

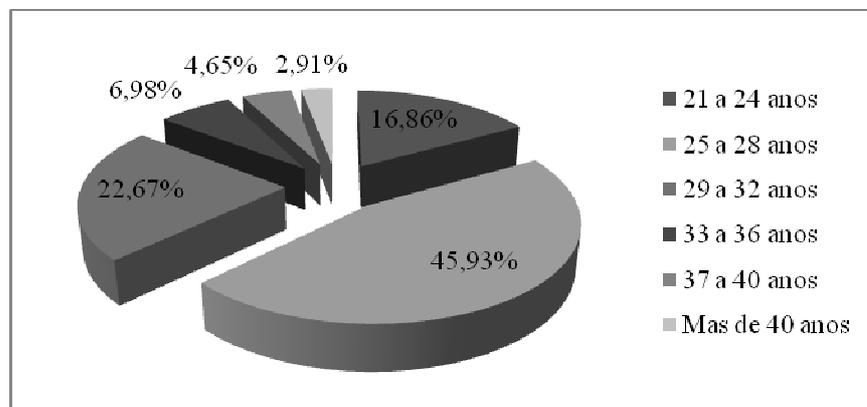


Gráfico 1 – Distribuição dos egressos por faixa etária

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo 2008.

Face ao conteúdo do Gráfico 1, percebe-se que os indivíduos que poderiam prestar vestibular e que possuem interesse em ingressar em um curso de graduação estão buscando cada vez mais cedo se inserir no ensino de nível superior. Contudo, conforme estudo realizado por Faria et. al (2004), 89% dos alunos, que ingressam no curso de graduação em Ciências Contábeis de uma IES privada de São Paulo, encontram-se entre os 17 e 30 anos de idade, o que comprova a entrada de indivíduos cada vez mais jovens na universidade, fato esse que pode ser justificado pela mudança dos currículos de nível médio, aumento no número de cursos pré-vestibular, e a Política Pública de acesso ao ensino universitário.

Ao se levar em consideração que a conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN agrega no mínimo cinco anos, bem como levantando a hipótese de que os egressos cumpriram seus créditos dentro desse período, verifica-se que a média de idade dos discentes que entram no curso fica entre os 17 e 23 anos de idade, justificando mais uma vez o

ingresso de indivíduos jovens no campo de atuação profissional.

No que diz respeito à distribuição dos egressos em relação ao gênero e a faixa etária, constatou-se que 54,06% dos respondentes são do gênero feminino e que 93,54% desse montante concentra-se na faixa que vai dos 21 aos 32 anos de idade, bem como que 45,93% dos respondentes configuram-se como indivíduos do gênero masculino, sendo que 24,05% deles possuem pelo menos 33 anos de idade.

Contudo, a observância no número de indivíduos jovens do gênero feminino, que se graduaram no período de 2003 a 2007, é reflexo da mudança conjuntural da sociedade, que culminou com a inserção da figura feminina no campo de atuação profissional, de forma a permitir uma atuação igualitária com os sujeitos do gênero masculino.

Analisando-se o número de ingressantes anual pelo de egressos, entre os anos de 2003 e 2007, observa-se que há uma média de formação anual de 94 indivíduos, o que representa um percentual de 72,62% de saídas de alunos em relação ao número de entradas no mesmo período, que culminaram com o ingresso de 650 indivíduos via vestibular, mediante 472 egressos.

Por sua vez, acredita-se que o total de ingressantes pode não ser correspondente ao de egressos, em virtude da percepção da existência de alunos desnivelados e que no decorrer do curso podem ter tido algum tipo de dificuldade que acarretou no trancamento parcial e/ou total do curso, bem como reprovação e/ou solicitações de afastamento, dados em virtudes de trabalho, problemas de saúde e/ou gravidez.

Em relação ao estado civil dos egressos, observa-se que um maior número de indivíduos se declara como solteiros, o que corresponde a 65,7% da população. Observou-se ainda que 85,46% dos respondentes que se intitularam como solteiros encontram-se na faixa etária que compreende dos 21 aos 32 anos de idade e 68,6% deles concluíram seus cursos entre os anos de 2005 e 2007.

No que diz respeito à formação acadêmica recebida, dentre os motivos que estimularam os egressos a escolherem o curso de graduação em Ciências Contábeis, constatou-se que 50% dos egressos consideraram a questão da perspectiva de empregabilidade como o principal motivo para a escolha do curso, o que corresponde a 26,14% das respostas obtidas junto aos egressos, conforme pode ser observado na Tabela 1, haja vista que esse campo de atuação abarca diversas oportunidades para os profissionais que desejam atuar na área contábil, tais como: consultor, *controller*, gerente de custos, auditor (interno e externo), perito, contador, tributarista, dentre outros.

Tabela 1 – Motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha do curso

MOTIVOS	Nº DE EGRESSOS	%
Perspectiva de empregabilidade	86	26,14
Concurso público	65	19,76
Vocação	39	11,85
Influência de terceiros	34	10,33
Boas perspectivas salariais	18	5,47
Horário do curso	17	5,17
Formação adicional	17	5,17
Ascensão funcional	16	4,86
Obter um diploma de nível superior	14	4,26
Não dependência exclusiva de emprego fixo	13	3,95
Fácil para entrar	5	1,52
Outro	5	1,52
TOTAL	329	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

Cabe frisar, ainda, que a escolha dos motivos enumerados pelos egressos, quanto à opção de ingresso no curso, poderia ocorrer através da seleção de mais de uma resposta. No que diz respeito à escolha do curso com o propósito de preparação para o ingresso em atividades que requerem a prestação de concurso público, observou-se que 37,79% dos respondentes optaram pelo ingresso na área contábil com essa intenção, uma vez que o mesmo garante estabilidade e boas oportunidades para ascensão profissional.

Com a realização do presente estudo, constatou-se ainda que 72% dos respondentes formados em 2003 escolheram o curso devido às perspectivas de empregabilidade que esses profissionais possuem um vasto campo de atuação, fato esse que se modificou com o passar dos anos e que em 2004 caiu para 31,03%, chegando a 50% das intenções dos egressos no ano de 2007.

Em se tratando dos motivos elencados pelos egressos para escolha da UFRN, como entidade responsável por sua formação profissional, constatou-se que 104 (60,47%) deles, conforme pode ser observado na Tabela 2 escolheu devido à questão da gratuidade, uma vez que essa instituição caracteriza-se como a maior e mais antiga IES de caráter público do Estado do RN, que busca oferecer cursos de nível superior sem custo para a comunidade acadêmica.

Tabela 2 – Motivos enumerados pelos egressos quanto à escolha da UFRN

MOTIVOS	Nº DE EGRESSOS	%
Gratuidade	104	26,94
Melhor aceitação pelo mercado	92	23,83
Ensino de qualidade	84	21,76
Conjunto de valores	62	16,06
Melhor corpo docente	41	10,62
Outro	3	0,78
TOTAL	386	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

Pode-se inferir, que dentre os motivos enumerados quanto à escolha da UFRN, como entidade responsável pela formação acadêmica recebida para a obtenção do título, foi à possibilidade de melhor aceitação dos diplomas advindos dessa IES, que correspondeu ao posicionamento de 53,49% dos respondentes, fato esse que pode ocorrer em virtude da sociedade entender que profissionais que passaram por processos seletivos concorridos para entrarem na universidade são mais bem preparados para a atuação profissional.

Outro ponto que merece destaque se dá em relação às condições da entidade em oferecer um ensino de qualidade, sob o ponto de vista de 84 (48,84%) dos respondentes, já que essa IES configura-se como uma entidade que busca o aperfeiçoamento de seus docentes, incentivando e concedendo bolsas de estudo, que os permite ingressar em cursos de pós-graduação, voltados ao mestrado e doutorado acadêmicos.

Observando-se, ainda, que a consecução de um ensino de qualidade está atrelada a formação de bons profissionais para atuação docente. Nesse sentido, faz-se necessário realizar uma reflexão no sentido de que, com a inserção de novos cursos de pós-graduação do tipo *scritto sensu*, conforme dados da CAPES (2008), o curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN tem se destacado na região devido à qualificação de seu corpo docente, que conta com mestres e doutores, de forma a oferecer boas condições para o ensino.

No que diz respeito à opinião dos respondentes sobre a formação acadêmica recebida, observou-se que 82,56% deles consideram a mesma como ótima ou boa, fato esse que entra em acordo com as perspectivas formativas da IES públicas, conforme pode ser observado no Gráfico 2, pois esse tipo de entidade visa oferecer ensino gratuito e de qualidade para os ingressos que desejam obter um diploma de graduação respeitado e reconhecido pelo seu

campo de atuação.

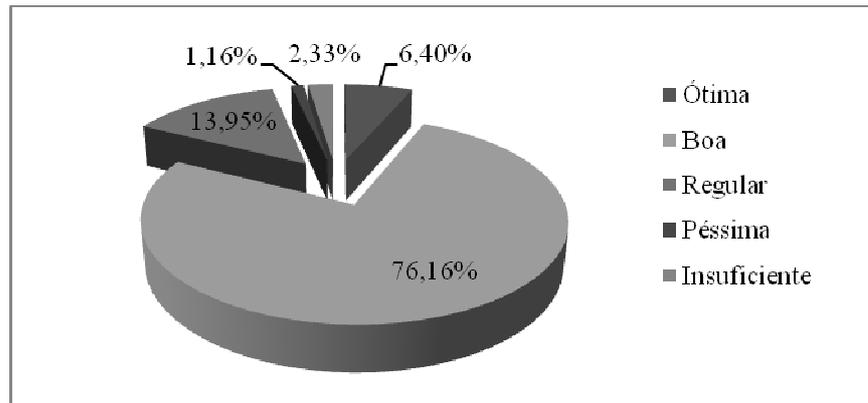


Gráfico 2 – Distribuição dos egressos quanto à formação acadêmica recebida

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

Tendo em vista que somente 3,49% dos respondentes consideram que a formação acadêmica recebida foi péssima ou insuficiente, pode-se compreender que esse posicionamento se deu devido às dificuldades dos discentes quanto ao acompanhamento do curso, bem como à necessidade de afastamento de alguns docentes para qualificação (mestrado e doutorado) ou para assumirem atividades administrativas.

Corroborando com esse entendimento, Faria et. al (2004) afirma que mais de 60% dos estudantes podem ficar satisfeitos com a formação recebida, desde que haja uma adequada composição curricular e que se admita uma distribuição ordenada das cargas horárias das disciplinas, de forma a permitir a construção dos conhecimentos baseados na interdisciplinaridade, no qual se aproveita os assuntos abordados em uma disciplina para dar início a outra.

Dentre as principais dificuldades observadas, quando de sua inserção no campo de atuação e ao exercício da profissão, o ponto que mais chamou a atenção foi à questão da baixa remuneração percebida por eles quando da efetiva atuação na área contábil, bem como a questão da falta de valorização profissional, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Dificuldades encontradas pelos egressos no exercício da profissão

MOTIVOS	Nº DE EGRESSOS	%
Baixa remuneração	100	25,77
Falta de valorização profissional	98	25,26
Falta de prática	48	12,37
Não atua na área	34	8,76
Carga-horária elevada	33	8,51
Mudanças constantes na legislação	28	7,22
Necessidade de melhor qualificação	26	6,70
Mercado competitivo	21	5,41
TOTAL	388	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

Outro ponto a ser observado se dá quanto à falta de prática vivenciada pelos respondentes durante a realização do curso, tendo em vista que o currículo formativo sob o qual os egressos obtiveram seu título de Bacharel foi criado sob a perspectiva da LDB nº. 9.394/1996, que prevê a inclusão de uma única disciplina que possibilita aos estudantes da área contábil a exercerem a prática profissional na academia, denominada de Estágio Supervisionado de Contabilidade. A referida disciplina possui uma carga-horária de 180

horas-aula, conforme consta no PPC e cuja orientação é que seja ministrada no último período do curso, depois dos alunos já terem concluído todos os créditos dos componentes curriculares obrigatórios, e possibilitando com isso, conhecimento sobre as práticas exercidas na área industrial, comercial e/ou de serviços.

Por sua vez, com a concentração de uma única disciplina prática ministrada no último período do curso, os alunos acabam tendo que concentrar esforços de forma a revisarem os conteúdos das disciplinas cursadas, bem como realizarem todas as etapas necessárias para cumprir a disciplina, o que acaba por prejudicar o desenvolvimento teórico-prático (habilidades e competências) do aluno e aumenta a carga de trabalho.

Observa-se ainda que 58,14% os egressos consideram sob sua percepção, que a baixa remuneração é um fator que dificulta o exercício da profissão, seguido da falta de valorização profissional, com 56,98%, e esses fatos se dão em virtude dos próprios profissionais da área que muitas vezes não valorizam o seu trabalho e acabam vendendo seus serviços a um preço abaixo do que é sugerido pelos órgãos de classe.

No que diz respeito às perspectivas de educação continuada proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observa-se que, entre os respondentes, um percentual de 53,8% não se encontra cursando, qualquer tipo de curso de pós-graduação (*latu sensu* e/ou *stricto sensu*), como pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 – Nível de aderência dos egressos quanto aos cursos de graduação e/ou pós-graduação

MOTIVOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Não possui	42	57	99	53,80
Capacitação	3	0	3	1,63
Graduação	2	1	3	1,63
Graduação (cursando)	5	2	7	3,80
Especialização	14	15	29	15,76
Especialização (cursando)	16	13	29	15,76
Mestrado	4	4	8	4,35
Mestrado (cursando)	3	2	5	2,72
Doutorado (cursando)	0	1	1	0,54
TOTAL	89	95	184	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

Verifica-se, ainda que dentre os cursos de graduação enumerados pelos egressos como forma de obtenção de uma formação adicional, a maioria deles tem se concentrado em realizar cursos em áreas correlatas, tais como a das Ciências Jurídicas (Direito) e Administrativas, que interagem com o exercício profissional do contador.

Em se tratando dos cursos de pós-graduação do tipo *latu sensu*, que abrangem cursos de especialização, verificou-se que os egressos se concentraram em áreas tais como: Metodologia do Ensino Superior, Contabilidade, Auditoria e Perícia, Gestão Estratégica de Pessoas, Auditoria e Análise Financeira, Direito Tributário, Tributação, Auditoria, Finanças e Controladoria, Gestão Pública, Gestão Avançada de Escritório, Auditoria e Controle Interno, Gestão Empresarial, Marketing, Administração Pública e Controladoria.

Já no que diz respeito à sensibilidade dos egressos quanto à realização de cursos de pós-graduação do tipo *stricto sensu*, que abrange cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, verificou-se que quem tem optado por esse tipo de pós-graduação procura obter o título de Mestre na área das Ciências Contábeis, estando apenas um deles com o título de Mestre na área de Engenharia Elétrica e outro cursando o Mestrado na área das Ciências Administrativas.

No estudo realizado por Carvalho, Silva e Holanda (2006), constatou-se que 73% dos egressos dos cursos de graduação em contabilidade possuem o interesse em ingressar em

cursos de pós-graduação, valorizando assim o aperfeiçoamento contínuo, conforme preceitua o CFC. Observa-se, ainda, no estudo realizado por Faria *et al.* (2004), que 85,2% dos estudantes possuem perspectivas quanto a educação continuada, com vias a formação complementar e participação de cursos de especialização, mestrado acadêmico e profissional, bem como doutorado, com vias a possibilitar a ampliação do conhecimento e aumentar as oportunidades de atuação.

Analisando as informações pertinentes à atuação profissional dos egressos, verificou-se, na Tabela 5, que 91,86% deles encontravam-se trabalhando no momento de realização da pesquisa e que 38,95% estavam atuando exclusivamente na área contábil, bem como que 29,07% dos respondentes trabalham em outras áreas, fato esse que leva a entender que os conhecimentos adquiridos no curso estão sendo pouco utilizados no exercício da profissão. No entanto, 23,84% deles encontram-se distribuídos entre o exercício de atividades na área contábil e de outras áreas, utilizando o tempo disponível para realizarem pequenos trabalhos de assessoria contábil.

Dentre as áreas de trabalho enumeradas pelos egressos, constatou-se que as principais centram-se em atividades públicas e privadas, que são realizadas junto a bancos, cooperativas de crédito, serviço de segurança pública, administração de empresas, controladoria, logística, finanças, prestação de serviços diversos, comércio, telecomunicações, planejamento, dentre outras.

Tabela 5 – Nível de aderência dos egressos quanto a estarem trabalhando

MOTIVOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Sim, trabalho exclusivamente na área contábil	29	38	67	38,95
Sim, trabalho também na área contábil	22	19	41	23,84
Sim, trabalho em outra (s) área (a)	23	27	50	29,07
Não	5	9	14	8,14
TOTAL	79	93	172	100

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

No estudo realizado por Faria *et al.* (2004), 53,4% dos alunos costumam atuar profissionalmente, através de estágios remunerados, que lhes proporcionam condições de complemento da aprendizagem adquirida em sala de aula, fato esse que acaba por justificar a constante inserção dos egressos da área contábil junto ao campo de atuação.

Contudo, com a proposta da Resolução do MEC/CNE nº. 10/2004, o curso de graduação em contabilidade da UFRN acabou por inserir a disciplina de prática contábil a partir do terceiro semestre, em que os estudantes passariam a atuar no campo de estudo com uma base prática mais sólida, permitindo aos discentes a oportunidade de aprender sobre a dinamicidade da profissão, realizando atividades práticas e assim, consolidando mais adequadamente os conteúdos ministrados em sala de aula.

Em se tratando da posição dos respondentes quanto ao campo de atuação, constatou-se que 87,21% estão atuando como empregados (funcionários) e 7 deles, ou seja, 4,07%, estão operando nas duas frentes, como empregados e autônomos, fato esse que pode está acontecendo em virtude da percepção de uma remuneração insatisfatória e a possibilidade de angariar conhecimentos e boas oportunidades financeiras.

Verifica-se ainda que 5,59% dos egressos ainda não se encontram trabalhando, apesar de muitos dos discentes, ao ingressarem no curso, já possuírem o objetivo de realizar concurso público que lhes garanta estabilidade e uma remuneração condizente com suas perspectivas, além de estarem mais interessados em se dedicar ao estudo e aprimoramento de seus conhecimentos, do que atuar profissionalmente.

Por sua vez, conforme relatado no estudo realizado por Nunes, Pfitscher e Alberton (2006), 25% dos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis trabalha durante a

realização do curso em atividades relacionadas à contabilidade, seja em grandes ou pequenos escritórios, e muitas vezes isso ocorre em virtude da necessidade de se manterem, bem como de já adquirirem algum tipo de experiência profissional de modo a os tornarem preparados para o campo de atuação.

Outro fator que deve ser considerado é que assim como a maior parte dos egressos chegaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo durante o período de realização do curso, isso acabou por refletir no posicionamento dos mesmos no campo de atuação, depois de concluído o curso. Dos respondentes, 88,37% chegaram a trabalhar e estudar pelo menos a metade do tempo de realização do curso e 92,73% deles já possui um posicionamento no campo de atuação profissional.

No que diz respeito à distribuição dos egressos quanto a trabalhar e estudar ao mesmo tempo e à questão da principal fonte de sustento dos egressos nessa mesma época verificou-se que, embora 71,51% deles tenham afirmado que chegaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo durante o curso, 66,86% dos respondentes se valia, além dos recursos financeiros provenientes da atividade que exerciam, de recursos dos seus pais e/ou de outros membros da família (tios (as) e/ou esposo (a)) para prover seu sustento.

Em relação ao campo de atuação profissional, constatou-se que 22,67% dos respondentes não trabalham na área contábil ou que pelo menos não atuam em nenhuma das enumeradas no questionário. Contudo, 19,90% dos egressos estão trabalhando assessorando e/ou prestando serviços de consultorias de ordem contábil aos seus respectivos clientes, e um percentual de 12,24% deles atuam junto à contabilidade pública, prestando serviços a entidades do Poder Público (Municipal, Estadual e Federal).

Face ao exposto, percebe-se que mais de 20% dos egressos atuam junto à atividade de assessoria e consultoria, constata-se, ainda, que 16,28% dos respondentes estão trabalhando, mas não se encontram necessariamente realizando atividades contábeis.

Todavia, percebe-se que dentre os egressos que desejam atuar na área pública, e sob o qual se observou que 37,79% manifestaram estarem dispostos a participar de processos seletivos voltados a cargos de natureza pública e que dos 65 indivíduos que revelaram tal interesse, mas apenas 36,92% efetivamente prestaram concurso e conseguiram ingressar na carreira pública.

Outro ponto a ser observado é que dentre os 172 egressos que responderam ao questionário, 5,10% atuam como auditores internos ou externos, o que acaba por revelar que poucos profissionais buscam se enquadrar nesse campo de atuação, que vem crescendo em virtude da expansão dos negócios e da necessidade de manutenção da credibilidade das instituições. Contudo, quando os egressos foram indagados com relação ao tipo de instituição em que se encontravam inseridos, observou-se que 20,22% da população trabalham em entidades públicas, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Tipos de instituições na qual os egressos atuam

TIPO DE INSTITUIÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Pública (concurso)	23	14	37	20,22
Escritório de contabilidade	13	20	33	18,03
Outro	11	20	31	16,94
Prestação de serviço	12	16	28	15,30
Economia mista	9	6	15	8,20
Não trabalho	4	9	13	7,10
Profissional autônomo	8	3	11	6,01
Empresa comercial	3	7	10	5,46
Indústria	2	3	5	2,73
TOTAL	85	98	183	100%

Fonte: Elaboração própria – Pesquisa de campo, 2008.

Na pesquisa realizada por Nunes, Pfitscher e Alberton (2006), a atuação dos egressos em instituições públicas e comerciais representam 20,69% cada uma, estando em segundo lugar no tipo de entidade na qual os egressos costumam exercer suas atividades profissionais, atuando predominantemente junto a escritórios de contabilidade e outros tipos de entidades, o que representa 48,28% da população estudada, sendo o termo outros, considerado em relação à atuação junto à previdência complementar, cooperativas de crédito, bancos privados e sindicatos.

Em se tratando da situação sócio-econômica dos respondentes, constatou-se que 87,21% dos egressos possuem carga-horária semanal elevada, que varia entre 21 e 60 horas, fato esse que entra em consonância com um problema característico da área, e que se configura como uma das três maiores dificuldades vivenciadas pelos respondentes quando do exercício da profissão.

Além disso, verificou-se que 57,56% dos respondentes não chegaram a realizar qualquer tipo de curso de capacitação, graduação ou pós-graduação (*latu e/ou scricito sensu*), isso pode ser reflexo da carga-horária, já que com uma carga de trabalho elevada, os mesmos acabam tendo pouca ou quase nenhuma disponibilidade de tempo para ingressarem em projetos que vislumbre a seu potencial de atualização profissional.

Relacionando essa questão da necessidade de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação e as perspectivas de educação continuada, o estudo do CFC (1996) constatou que 75,76% dos profissionais da área consideram ser necessários aprofundar seus conhecimentos por meio da participação em eventos que propiciem isso, e que o fator da carga-horária pode acabar por impedir e/ou até mesmo impossibilitar que os mesmos alcancem esse tipo de objetivo.

Analisando a questão da renda mensal dos egressos, verificou-se que 62,79% deles possuem uma renda que varia entre 3 e 6 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.245,00 a R\$ 2.490,00, uma faixa salarial considerada boa, levando-se em consideração a faixa salarial média do trabalhador brasileiro que é de dois salários mínimos, e representa R\$ 863,00 (IBGE, 2007).

Percebe-se, ainda, que 17,44% dos respondentes possuem uma renda média mensal que se encontra acima dos 7 salários mínimos, o que corresponde a mais de R\$ 2.905,00, enquanto que 12,21% deles recebem entre 1 e 2 salários mínimos, e 7,56% nem sequer possuem renda.

Levando em consideração que o piso dos profissionais da área contábil no Estado do RN é de R\$ 1.305,00, de acordo com as informações extraídas do Sindicato dos Contabilistas do Estado do RN (2008) e 13,20% dos respondentes possuem remuneração inferior ao estabelecido pela referida instituição, bem como que 44,65% deles possuem uma renda mensal que chega a ser 59% maior que a dos demais, excluindo os que não trabalham nem possuem qualquer tipo de remuneração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de realizar o presente trabalho, destacou-se dentre os 22.101 cursos de graduação credenciados pelo MEC, o curso de Ciências Contábeis oferecido pela UFRN, sendo essa IES escolhida por configurar como a mais antiga instituição do Estado do RN, tendo em vista que os egressos do referido curso configuram-se como objeto de pesquisa. Face ao exposto, o presente estudo foi trabalhado com o objetivo de caracterizar o perfil dos egressos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFRN, em relação ao campo de atuação.

Por sua vez, constatou-se que a faixa etária dos respondentes é jovem, uma vez que 62,78% dos respondentes possuem de 21 a 28 anos de idade. Cabe frisar ainda, quanto à formação acadêmica recebida, que 50% dos egressos consideram a questão da perspectiva de empregabilidade oferecida pela área de atuação como um ponto forte para a escolha do curso, que permite aos mesmos atuarem junto a instituições públicas ou privadas, bem como autônomos, exercendo atividades de perícia, auditoria, tributarista, dentre outros. Outro ponto interessante é que 37,79% dos respondentes escolheram o curso, tendo em vista as possibilidades de ingresso no campo de atuação via a realização de concurso público, que garante estabilidade.

Já quanto à escolha da UFRN como instituição provedora de sua formação acadêmica, 60,46% dos egressos declararam ter escolhido a referida IES devido à questão da gratuidade e 48,84% a escolheu devido ao ensino de qualidade oferecido, fato esse que culmina com o papel da entidade diante de suas perspectivas formativas, que garante a formação profissional de seus discentes de forma gratuita e com qualidade. Além disso, 82,56% dos respondentes consideraram a formação acadêmica recebida como ótima ou boa, e isso se dá devido ao compromisso da instituição e do seu corpo docente em fornecer oportunidades de aprendizado que sejam condizentes com as perspectivas formativas do MEC e do campo de atuação profissional.

Contudo, quando do exercício profissional, os respondentes alegaram ter algumas dificuldades, principalmente, no que diz respeito à baixa remuneração e a falta de valorização profissional, fato esse levantado por 58,14% deles e que pode ter ocorrido devido à questão da existência de profissionais na área, que devido a sua pouca qualificação e a necessidade de se manterem no mercado acabam por realizarem serviços a um baixo custo e com pouca contribuição para a sociedade, atuando como apuradores de impostos.

Em se tratando da atuação profissional, observou-se que 8,14% dos respondentes ainda não encontraram o posicionamento no mercado, e isso pode ser reflexo da necessidade de que muitos dos discentes possuem em buscar uma colocação na carreira pública através da prestação de concurso, bem como que 61,79% dos respondentes já estão realizando atividades de natureza contábil. Percebe-se ainda que 83,80% dos egressos estão posicionados no mercado de trabalho como empregados, o que acaba por revelar, que não há um espírito empreendedor entre os respondentes, que poderiam ter aberto seu próprio escritório e estarem atuando como autônomos.

Verificou-se ainda que 96,51% dos respondentes chegaram a trabalhar e estudar ao mesmo tempo enquanto estavam realizando o curso de contabilidade, e isso pode ser reflexo da necessidade dos mesmos em adquirirem uma vivência profissional que lhes possibilitasse retorno financeiro e aprendizado prático. Outro ponto interessante é que durante a realização do curso, 66,86% dos respondentes receberam o auxílio financeiro dos pais e demais familiares para concluírem seus estudos, haja vista que a realização de estágios lhes rendem de ½ a até 2 salários mínimos.

Em relação à situação sócio-econômica dos respondentes, observou-se que 87,21% dos respondentes possuem uma carga-horária entre 21 e 60 horas, fato esse que vai de encontro ao problema da elevada carga de atividade exercida pelos profissionais da área contábil. Além disso, constatou-se que 71,51% dos respondentes possuem uma renda média mensal que varia de 3 a 8 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.245,00 a R\$ 3.320,00.

Fazendo um gancho sobre essas constatações entre a caracterização do perfil desejado dos egressos e o campo de atuação, observa-se que o currículo constituído de acordo com as determinações da LDB nº. 9.394/1996 necessitava de adequações, de modo a permitir aos discentes adquirirem os conhecimentos necessários à formação profissional, conforme proposto pela Resolução CNE/CES nº 10/2004.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 10/2004, de 16 de dezembro de 2004**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 05 jun. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 05 jun. 2007.
- BEUREN, Ilse Maria *et al.* (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- CARVALHO, José Ribamar Marques de; SILVA, Maristhela; HOLANDA, Fernanda Marques de Almeida. Perspectivas dos formandos do curso de Ciências Contábeis em relação ao mercado de trabalho de um IES pública no Estado do Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30, Salvador, 23-27 set. 2006. **Anais...** Salvador, 2006.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Disponível em: <<https://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Perfil do contabilista brasileiro**. Brasília: CFC, 1996.
- FARIA, Ana Cristina; COME, Eduardo de; POLI, Janete; FELIPE, Yone Xavier. O grau de satisfação dos alunos do Curso de Ciências Contábeis: busca e sustentação da vantagem competitiva de uma IES privada. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 7-8 out. 2004, São Paulo. **Anais...** São Pulo: USP, 2004.
- GOMES, Maria Zélia Braz. **História da contabilidade do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora da UFRN, 1996.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<https://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 25 jan. 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jan. 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LAFFIN, Marcos. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior em contabilidade**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 37, p. 73-84, jan./abr. 2005.
- MOREIRA, Daniel A. Técnicas: segunda parte. In: **Didática do ensino superior: técnicas e tendências**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 63-126.
- MULATINHO, Caio Eduardo Silva. **Educação contábil: um estudo comparativo das grades**

curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao Programa Mundial de estudos em Contabilidade proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Recife, 2007. 254 p.

NUNES, Ricardo Alexandre de Oliveira; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ALBERTON, Luiz. Benchmarking educacional: o perfil profissional dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 3, 27-28 jul. 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

PELEIAS, Ivan Ricardo (org.). **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

PPC – Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UFRN. Disponível em: <<http://sol.ccsa.ufrn.br/ccsa/areas/cont/contabeis/>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Educação superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

TRAJANO, Patrícia Dantas. Ciências Contábeis: novos rumos, novas diretrizes curriculares. **Revista UnB Contábil – UnB**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 31-37, 2º sem. 1998.

WATSON, Sephanie F.; APOSTOLOU, Barbara; HASSELL, John M.; WEBBER, Sally A. Accounting education literature review (2003-2005). **Journal of Accounting Education**. v. 25, Issues 1-2, p 1-58, 2007.